

**“AS CONSEQUÊNCIAS DE UMA RAÇÃO DIÁRIA”: AS
CONSTRUÇÕES ACERCA DA CRIANÇA TELESPECTADORA NA DÉCADA
DE 1970.**

Valesca Gomes Rios

Mestranda em História pela Universidade Federal do Ceará

valescagomesjg@gmail.com

Introdução

Apesar de ainda não estar na casa de todos os brasileiros, a televisão se torna uma realidade mais presente no Brasil a partir da década de 1970. Com colaboração e interesse do Estado ditatorial, a indústria televisiva integrou mercado e consumidores, desse modo, a televisão deixou de ter uma programação local para ter lideranças de grupos empresariais que distribuíam conteúdo televisivo para todo o Brasil e, para isso, foi necessário uma série de inovações tecnológicas. Os números acerca da televisão aumentaram ao longo do tempo, atingindo 56% da população, em 1970 e 73% em 1982 (ORTIZ, 2001, p. 128 – 130).

Com proximidade maior entre a população com essa tecnologia, algumas questões começaram a ser levantadas pelo contato com o aparelho, as imagens e sons, as mensagens e ensinamentos vindos da programação. A televisão era aparato moderno que a classe média brasileira possuía no período, de modo que, as análises sobre essa tecnologia eram indissociáveis de outras mudanças que ocorriam na época.

As “consequências” da televisão na sociedade foi um tema muito debatido no Brasil, principalmente a partir da década de 1970. O assunto era muito pensado dentro do meio da comunicação social, tanto pelas redes televisivas e seus objetivos de lucro, como pelas empresas cinematográficas que viam o aparelho como uma ameaça para o desenvolvimento desse ramo. Mas, para além desses grupos, psicólogos, sociólogos e outros cientistas sociais entraram no debate pensando a sociedade em contato com essa nova tecnologia. No entanto, a sociedade tinha um grupo que, pelas conclusões desses especialistas, era mais vulnerável: as crianças. Este trabalho tem por objeto analisar as

construções acerca do que se pensava sobre a criança que assistia televisão, utilizando como principal fonte os estudos do professor Samuel Pfromm Netto. Tendo como fio condutor da análise a seguinte questão: Como o contato com o aparelho poderia oferecer “perigos” a “mentes imaturas”?

Elaborar a infância no Brasil de 1970.

Em 1970, a revista *Pais & Filhos* – que se auto intitulava “A revista mensal da família moderna” – propôs o debate ao lançar a matéria “é mais difícil criar os filhos hoje?” para a análise do jornalista Otto Lara Resende. Desse modo, ele situou:

Até onde o interior do Brasil terá mudado com o impacto das comunicações? O rádio, a televisão – e também as estradas, o ônibus, o avião, todo o cortejo desta nossa **civilização do conforto e da violência** – tudo isto terá repercutido de maneira mais ou menos parecida no mais fundo da província brasileira.¹

E então, ele argumenta:

Já uma vez escrevi que não pode existir patriarca sem espaço. O pai à antiga, meio distante e isolado, preservando a sua incontrastável autoridade com umas pitadas de mistério domésticos, não consegue sobreviver com a base física dos pequenos apartamentos em que hoje a grande maioria vive enlatada. O convívio à base de uma proximidade quase promíscua implicou um rápido **make-up** em todos os personagens da constelação familiar, a começar pelo pai. Um patriarca num apartamento de sala-e-quarto seria tão demente quanto um latifundiário que se orgulhasse de possuir a terra suficiente para alimentar um cactus de vaso...²

O jornalista apresenta esse e outros argumentos para a pergunta lançada pela revista *Pais & Filhos*, fazendo assim uma análise acerca da construção familiar da época, situando bem que é uma realidade mais comum em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Essas cidades não foram escolhidas por acaso, uma vez que, o hábito de vida descrito de pouca presença física do pai e da mãe teria sido alterado por tecnologias, por rotinas de trabalho, pelo “conforto” e “violência”, como ele afirmou. Além disso, é preciso também considerar que abordar a realidade dessas duas cidades está ligada a circulação da revista.

O periódico mensal era da Editora Bloch, do Rio de Janeiro, e ao longo dos primeiros dez anos de publicação teve cerca de 130 a 300 mil exemplares de tiragem e sua distribuição foi considerada ampla, uma vez que, apareciam cartas de leitores dos

¹ Pais e filhos, setembro de 1970, p. 52 (grifos do autor).

² Pais e filhos, setembro de 1970, p. 52 (grifos do autor).

mais variados locais do Brasil e até do exterior (Assunção, Assis e Campos, 2012). Porém, é preciso pensar que a temática da revista tem um público alvo específico: aqueles atingidos pelas mudanças que a “vida moderna” traz, ou o que a revista considerava moderno: a criação dos filhos em grandes cidades, o discurso psiquiátrico, o cuidado com o corpo etc. Desse modo, mesmo que a revista circule por todo o Brasil, o público alvo é a classe média de grandes centros urbanos.

Diante disso, a argumentação de Otto Lara Resende destinada para o crescimento – ou medo que isso acontecesse – pelo qual passava as cidades no período. O jornalista escrevia com certa frequência sobre os temas família, juventude e meios de comunicação e, nessa matéria, ele levantou pontos que dificultariam a criação dos filhos relacionando a televisão com outros meios de comunicação e novas tecnologias.

O jornalista não foi o único a pensar a televisão como o caminho induzido pela vida moderna. Luiz Monteiro Teixeira entendeu que:

[...] a ausência de uma estrutura social que garantisse a existência de centros comunitários, creches, ou simples espaços físicos destinados ao lazer comunitário participativo, faz com que casos como estes cresçam em uma progressão assustadora. A rua que outrora servia de espaço para o desenvolvimento dos folguedos infantis, hoje destina-se exclusivamente a carros. A cidade vai crescendo horizontal e verticalmente, e o terreno baldio, que ontem existia para o “campinho”, hoje é mais um prédio de apartamentos. Assim, para a criança aprisionada entre quatro paredes, a alternativa é a televisão.³

O autor do livro “A criança e a televisão: amigos ou inimigos?” (1987) reforça o seu argumento, apresentando uma reportagem de 21 de maio de 1979, do jornal *Folha de São Paulo*, intitulada “A cidade em que brincar é proibido”. No periódico, a fuga de algumas crianças para brincar para além do parquinho do prédio recebeu do policial (apresentado pelo autor do livro acima citado) o diagnóstico de que, por não propiciar lazer às crianças, a cidade grande era culpada. Ao encontro dessa ideia, o juiz de menores da cidade de São Paulo também entendeu o acontecido como algo característico da diminuição das áreas de lazer em nome do progresso.⁴

Poucas informações se têm sobre o autor do livro, no entanto, entendemos que essa produção pretendia ter caráter científico, pois para tratar do seu tema, o autor fez

³ TEIXEIRA, Luiz Monteiro. *A criança e a televisão: amigos ou inimigos?* São Paulo: Edições Loyola, 1987, p. 12.

⁴ *Folha de São Paulo*, 21 de maio de 1979, p. 6. E TEIXEIRA, Luiz Monteiro. *A criança e a televisão: amigos ou inimigos?* São Paulo: Edições Loyola, 1987, p. 12.

citações de diversas áreas da medicina, da psicologia e da educação, além de inúmeras matérias de jornais e revistas de sua época. O diálogo com os pares e reforço com referências bibliográficas são características próprias do trabalho científico, de modo que, legitimam a pesquisa. Ao tratar sobre a escrita da História, Antoine Prost dialoga com Michael de Certeau sobre essa mesma característica para a historiografia e chama atenção que

Em primeiro lugar, um efeito de verdade que serve de certificação ou confirmação: as afirmações do historiador não são extraídas de seu próprio acervo, mas já haviam sido proferidas, anteriormente, por suas testemunhas. As citações servem-lhe de escudo contra eventuais contestações e cumprem, também, uma função de representação: com as palavras do outro introduz-se no texto a realidade do tempo situado à distância. (PROST, 2008, p. 241)

Prost concluiu que, para o historiador, o efeito que a citação causa é de confirmação de “sua autoridade e seu saber” (PROST, 2008, p. 241). A reflexão que o historiador levanta é pertinente para pensar a produção científica e acadêmica como um todo. Ao longo de cinquenta e oito páginas, Teixeira apontou cerca de dezoito notícias e reportagens negativas acerca da televisão que teriam sido vinculadas em jornais e revistas da época – entre elas, a *Revista Veja* que também publicou matérias positivas acerca da televisão, mas que não foram selecionadas pelo autor. Desse modo, com legitimação característica do discurso científico, Teixeira defendeu que a televisão mudou a rotina dentro da casa, como por exemplo inibindo o diálogo, porém a cidade, a tecnologia que se desenvolvia colaborava para que as crianças passassem a ter outra criação, além de serem consumidoras e geradoras de consumo.

Novas sensibilidades se construíam com o contato com a tecnologia, com as mudanças no espaço da cidade e a rotina que se estabelecia nos centros urbanos. Quando as críticas a essas transformações foram feitas, era um espaço de experiência novo que se arquitetava com rapidez tal que atingia a sensibilidade de alguns grupos da época, eram novas subjetividades que se construíam e amedrontavam.

Segundo o filósofo Peter Pal Pelbart,

O fato é que consumimos, mais do que bens, formas de vida - e mesmo quando nos referimos apenas aos estratos mais carentes da população, ainda assim essa tendência é crescente. Através dos fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que acessamos constantemente, absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividade. Chame-se como se quiser isto que nos rodeia, capitalismo cultural, economia imaterial, sociedade de espetáculo, era da biopolítica, o fato é que vemos instalar-se nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a

subjetividade. O capital, como o disse Jameson, através da ascensão da mídia e da indústria de propaganda, teria penetrado e colonizado um enclave até então aparentemente inviolável, o Inconsciente. (PELBART, 2003, p. 34)

Ou seja, o uso das tecnologias, o consumo de bens, as novas formas de se comunicar participavam do processo de produção de novas subjetividades. A relação dos seres humanos com esses diferentes sentidos sobre a vida e maneiras de viver causam não só transformações em si, mas no que se espera do outro. Desse modo, em “A vertigem por um fio”, o autor entende que o cinema desterritorializou o olhar e as percepções dos seres humanos,

[...] deslocando seu centro de gravidade, violentando-a, estilhaçando-a, arrastando-a para outras sensações, para uma outra lógica, para um outro cogito, para uma outra subjetividade, um eu polimorfo, instável, dispersivo, descontínuo, plástico, quase amorfo, um tanto quântico [...] (PELBART, 2000, p. 17)

Se o filósofo pensa dessa maneira o cinema, também seria possível pensar a televisão, uma vez que, a sua presença foi vista como um problema, pelo fácil acesso, estando dentro da casa das pessoas, pela sedução que as imagens em movimento e os sons provocariam, pelo contato com públicos chamados de vulneráveis: crianças e adolescentes. Além dessa preocupação, no Brasil, é apenas nesse período da década de 1970 que a chamada indústria cultural se estruturava no país, fazendo com que começassem a existir organizações – em vários meios de comunicação, mas com destaque para a televisão – com menos aspecto aventureiro que nas décadas de 1950 e anteriores, e mais visão administrativa, com a construção de grandes conglomerados (Ortiz, 2011). Ou seja, as mudanças vistas como assustadoras pela introdução da televisão no cotidiano e a nova organização do mercado da indústria cultural no Brasil possibilitaram a ambiência que Pelbart caracteriza para a desterritorialização pela qual o olho humano passou com o cinema.

O autor não apresenta sua ideia de tom impositivo por “amarras do capitalismo”, ao contrário, ele aponta que há ressignificações que criam sentidos e inventam “dispositivos de valorização e de autovalorização” (PELBART, 2003, p 36). Pensando as descobertas no campo da produção de remédios, por exemplo, Preciado (2008, p. 89) entende que “la testosterona corresponde, junto con la oxitocina, la serotonina, la codeína, la cortisona, el estrógeno, el Omeoprazol, etc., al conjunto de moléculas disponibles hoy

para fabricar la subjetividade y sus afectos”. A disponibilidade possibilita entender que subjetividade não se constrói apenas a partir do uso pensando para aquela tecnologia, mas que há possibilidades de se criar diferentes sentidos às descobertas farmacológicas e ao plástico, por exemplo usando-o em próteses que borram as performances de gênero.

Ambas as abordagens elucidam que existem disputas pelas subjetividades que se constroem a partir do contato com novas tecnologias, porém quando se trata das crianças existem outras questões a se pensar. A criança e a infância não são categorias naturais, biológicas e nem universais, ao contrário, são construções sociais valorizadas a partir, principalmente, do século XIX. Sendo essas categorias em construção e em debate – inclusive, com elaboração de áreas do conhecimento específicas para pensar sobre essa faixa etária – a ideia de infância e criança são históricas, ou seja, situadas no tempo com características próprias do período em que se forjam.

Quando pensou as possibilidades da psicologia, o professor Samuel Pfromm Netto escreve em seu livro “Psicologia: introdução e guia de estudos”, de 1985, o autor aponta como uma área nova de contribuições significativas a “[...] psicologia do consumidor e econômica; aplicações de engenharia psicológica a interfaces homem-máquina, [...] impacto da ciência e da tecnologia na sociedade [...]”⁵. Entre as várias áreas que o professor destacou, é interessante pensar esses exemplos relacionados a outros trabalhos do mesmo autor.

Graduado em pedagogia, mestre e doutor em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), ensinou no mesmo local e escreveu alguns artigos para o jornal *Folha de São Paulo*, aproximadamente no mesmo período tratado nessa pesquisa. Além disso, Pfromm era indicado como referência no Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG) no assunto de Comunicação e citado também em trabalhos da mesma instituição. Em seu livro “Tecnologia da Educação e Comunicação de Massa” (1976)⁶, o autor defende que:

No passado, grande parte das informações que chegavam às crianças se achava sob o controle dos pais e dos profissionais, e tal “monopólio” de informações, conforme assinala Roberts (1973), favorecia a manutenção de padrões

⁵ PFROMM NETTO, Samuel. **Psicologia:** introdução e guia de estudos. São Paulo: EPU; Editora da Universidade de São Paulo, 1985, p. 2

⁶ A obra citada é formada pela reunião de comunicações em congressos e seminários e por pesquisas. O autor afirma que os textos compilados nesse livro são fruto de dez anos de estudo e que tem cunho técnico, uma vez que, desejou-se atingir o amplo público.

culturais e a aceitação de regras e normas vigentes no mundo adulto. Hoje em dia, entretanto, os meios de comunicação de massa e, mais particularmente, a televisão introduzem na vida da criança uma grande massa de informações não controladas por pais e mestres, que podem divergir parcial ou totalmente das regras e normas estabelecidas por estes últimos.⁷

Para Pfromm, os meios de comunicação de massa exercem uma função de “escola paralela” em que as crianças acabam sendo educadas por eles e, em muitos casos, acabam passando mais tempo em contato com esses meios do que com a escola formal. O autor não detalha nesse trecho quais seriam os ensinamentos da televisão, nem os quais padrões estariam sendo mudados diante do fim do “monopólio” da família e profissionais na educação da criança. No entanto, anterior a esse trecho, o professor cita uma tese de doutorado defendida na USP, em 1972, “Adolescentes e televisão”, em que o autor sintetizou o que ele entendeu como efeitos positivos e negativos do aparelho. Sem tecer comentários acerca da citação está entre os seus apontamentos

[...] possível agravamento de condutas e atitudes anti-sociais, em decorrência de programas que ridicularizam a instituição familiar, apresentam modelos atrativos de comportamento agressivo e delinquentes, acentuam mais os conflitos e os modos violentos de solução de problemas do que a cooperação e os modos pacíficos de resolver dificuldades etc.⁸

Desse modo, podemos concluir quais os padrões que seriam atingidos e que traços de personalidade teriam aquelas crianças que passariam pela “escola paralela” e, mais do que isso, também quais as programações seriam responsáveis.

Ainda no capítulo intitulado “A televisão na vida da criança”, Pfromm apresentou uma pesquisa feita em 1964 com 419 crianças (sendo 201 meninos e 218 meninas), sendo quase todos da faixa-etária entre 10 e 13 anos na cidade de São Paulo. Segundo o professor, todos que responderam ao questionário eram alunos de escola do bairro Jabaquara e de classe média e baixa. Dentre as perguntas, tentou-se entender a programação favorita dessas crianças e que o autor resume afirmando que

as preferências por programas de televisão variam muito, mas as meninas evidenciam maior interesse por novelas (que, convém lembrar, são produzidas

⁷ PFROMM NETO, Samuel, Tecnologia da educação e comunicação de massa. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 151. O capítulo em questão é intitulado “A televisão na vida da criança” e “foi, em parte, extraído de uma comunicação apresentada em 1965 na XVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais e apareceu sob forma resumida na revista *Ciência e Cultural* (1965, volume 17)” (PFROMM NETO, Samuel, Tecnologia da educação e comunicação de massa. São Paulo: Pioneira, 1976, p. XV).

⁸ COUTINHO, 1972 *apud* ⁸ PFROMM NETO, Samuel, Tecnologia da educação e comunicação de massa. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 150.

para o público adulto) e dramas passados em hospitais (destinados, igualmente, ao público adulto), enquanto os meninos proferem principalmente os gêneros *western* e de aventura.⁹

A programação vista pela maioria dos meninos que responderam ao questionário não teve, no texto de Pfromm, a advertência de ser destinado ao público adulto, dando a entender, diante da citação, que apenas a programação assistida por meninas possui esse “agravante”. Apenas as meninas estariam erradas em suas escolhas de programação? Ou o contato feminino com temáticas consideradas adultas seria mais alarmante? Sendo essas as programações mais assistidas, elas seriam as responsáveis pelos problemas em se manter os padrões da sociedade, como afirmado pelo professor da USP.

Continuando seu diagnóstico acerca das mudanças no fornecimento de informações para crianças, o autor levantou o questionamento de que

Lamentavelmente, as limitações de tempo, de procedimentos, de instrumental e de recursos disponíveis não permitiram, até o momento, a realização de pesquisas a longo prazo para se determinar claramente as consequências de uma ração diária de várias horas de televisão na personalidade de crianças que, por assim dizer, “mamaram” televisão desde os primeiros anos de vida, expondo-se frequentemente, a mensagens preparadas para o público adulto e obviamente inadequadas ou francamente deletérias para mentes imaturas.¹⁰

A expressão “ração diária” aponta possibilidades de pensarmos sobre a qualidade da programação ou ao que as crianças estariam se tornando. Levando em conta o capítulo “Que é comunicação de massa?”, do mesmo livro em foco neste artigo, Pfromm tece grandes críticas ao conteúdo transmitido, uma vez que,

[...] os meios de CM [comunicação de massa], No Brasil e em muitos outros países, se acham quase totalmente em mãos de empresas privadas. O fim visado por essas empresas é naturalmente o lucro, e isto ajuda a entender uma série de problemas relacionados com a qualidade, não raro questionável, do que é apresentado sob forma de imprensa, fotografada, filmada, sonora ou televisada.¹¹

⁹ COUTINHO, 1972 *apud* ⁹ PFROMM NETO, Samuel, Tecnologia da educação e comunicação de massa. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 150.

¹⁰ PFROMM NETO, Samuel, Tecnologia da educação e comunicação de massa. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 159.

¹¹ PFROMM NETO, Samuel, Tecnologia da educação e comunicação de massa. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 125. O capítulo “Que é comunicação de massa” teve origem em “conferências proferidas na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, e no Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política da Federação de Comércio do Estado de São Paulo, em 1974” (PFROMM NETO, Samuel, Tecnologia da educação e comunicação de massa. São Paulo: Pioneira, 1976, p. XV).

Diante disso, podemos inferir que a qualidade daquilo que era ofertado na televisão era visto como um problema, sendo assim, a hipótese de que o termo razão se referiu ao que seria consumido é válida – o que não invalida a outra hipótese. A crítica ao controle da programação vinculado a empresas, se aproxima muito mais a uma crítica modernidade e os novos hábitos que ela possibilita do que uma crítica de esquerda ao lucro, segundo o psicólogo, “amamentando” as “mentes imaturas” desde muito cedo.

David Buckingham (2000) entende que a categoria infância é pensada ao longo do tempo por meio de dois discursos: o primeiro produzidos por adultos para adultos (caracterizando-se, principalmente, pelo discurso científico, profissional e até mesmo uma literatura de autoajuda voltada para tema); o segundo produzido por adultos para crianças (como é caso de programas de televisão, literatura e outras produções em que os consumidores seriam as crianças).

Como argumenta Patricia Holland, essas representações da infância fazem parte de um esforço contínuo da parte dos adultos para ganhar controle sobre a infância e suas implicações – não apenas sobre as crianças reais, mas também sobre nossas próprias infâncias, pelas quais estamos sempre em luto e as quais reinventamos sem parar. (BUCKINGHAM, 2000, P. 24)

Desse modo, com participação efetiva dos adultos nessas disputas pela infância, podemos entender a produção de Teixeira, Pfromm, assim como, a revista *Pais & Filhos* como parte do grupo de adultos que queriam se colocar nesse lugar de pensar a infância. O temor das novas tecnologias, mas também das mudanças em relação a moradia, hábitos e rotinas familiares, novas estruturas de família etc. colocavam também em risco, para esses grupos, o que seria das crianças em contato com essas transformações.

Ou seja, se as novas subjetividades se elaboravam naquele momento para todos os grupos, as subjetividades das crianças era um campo em disputa, um medo de mudança não só para o presente, mas também para o futuro. No entanto, a partir de Buckingham, entendemos que entre esses discursos, as crianças (quase) não falam sobre si e de suas experiências com tais tecnologias, o que nos deixa em contato com fontes produzidas por adultos sobre crianças, logo, falando muito daqueles que as produziram.

A televisão, enquanto produção tecnológica que impactou o mundo inteiro em diferentes momentos, levou a elaboração de pensamentos sobre seus efeitos na sociedade não só no Brasil. Buckingham apresenta dois autores que pensam essas mudanças na primeira metade da década de 1980, pesando a televisão. Marie Winn, uma das autoras

apresentadas, escreveu o livro *Children without childhood* (1984) que viu com olhos conservadores o novo aparelho para comunicação, afirmando que

Os pais têm poucas chances de controlar a exposição de seus filhos a todas as variedades da sexualidade adulta, a cada permuta e combinação de brutalidade e violência humanas, a cada aspecto de doença, moléstia e sofrimento, a cada assustadora possibilidade de desastres com causas naturais ou humanas que possa ser impingido sobre uma infância inocente e livre de preocupações. O aparelho de TV está sempre ali, pronto para destruir todos os seus planos cuidadosos. (WINN *apud*. BUCKINGHAM, 2000, p. 38)

No trecho, aponta-se uma série de temas que seriam um problema ao serem transmitidos na televisão, de fácil acesso das crianças. Essa facilidade colocaria em xeque o que Winn esperava do que era a infância. Buckingham não entende essas preocupações simplesmente como infundadas, mas como “ansiedades pré-existentes”. Outra possibilidade de interpretação é que, diante de um espaço de experiência que se construía, muitas vezes visto de maneira negativa, o novo horizonte de expectativa que se alargava também era amedrontador. Então, é possível concluir que, disputar por quais transformações os mais jovens teriam acesso, seria a tentativa de conter esse horizonte que se abria.

A visão de Winn se assemelha a algumas perspectivas sobre a televisão do período das décadas de 1970 e 1980 aqui no Brasil. A televisão enquanto uma tecnologia que desenvolveu indústrias e suportes específicos, fez com que subjetividades fossem reelaboradas em várias partes do mundo. O que faz então com que essa seja uma questão para a história? A historicidade da questão se dá quando entendemos que esse contato da televisão com as pessoas está situado dentro de um tempo e espaço próprio e que seus desenvolvimentos de suporte e pensamentos tomam caminhos que se articulam em rede com discursos e práticas localizados e datados.

O período do crescimento da televisão é também o momento em que estava em curso a Ditadura Militar¹² no Brasil e esse desenvolvimento tecnológico entrava em consonância a ideia de modernização dos meios de comunicação e a com o projeto de

¹² Ditadura Militar ou Ditadura Civil Militar são conceitos ainda em construção diante das novas fontes e das contribuições constantes a historiografia. De fato, o apoio popular aos governos do período entre 1964 e 1985 foi de fundamental importância desde o golpe. No entanto, adota-se nesse trabalho a perspectiva de uma Ditadura Militar, considerando que “[...] o regime subsequente [ao golpe] foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham risco ao seu mando” (FICO, 2014, p 9).

integração nacional, ou seja, a manutenção do território e a união da nação por meio de valores comuns. Programações que teriam a cara do Brasil facilitariam esse objetivo que já não é uma novidade na história republicana, sendo por exemplo também almejado por Juscelino Kubitschek com a construção de Brasília.

Para a Escola Superior de Guerra (ESG) a Integração Nacional, assim a Integridade Territorial, Democracia, Progresso, Paz Social e Soberania são Objetivos Nacionais¹³. A ESG apresentou nessa obra o entendimento Objetivos Nacionais mudam ao longo do tempo, dependendo da "evolução da história". Os Objetivos Nacionais apresentados acima são apontados como Objetivos Permanentes, pois "com é mencionada entre base na evolução da história, ressaltam em importância e que, por isto, são adotados didaticamente, pela Escola Superior de Guerra"¹⁴.

O golpe de 1964 foi dado por militares, porém o apoio e participação da população civil, teve como uma de suas principais bases intelectuais as produções desenvolvidas na ESG. A ESG foi criada em 1949 com características próprias do período da Guerra Fria, desse modo, em seu material doutrinário, assim como nos trabalhos desenvolvidos na conclusão dos cursos – que será visto mais a frente –, havia o medo do controle comunista e seus concludentes eram tanto militares como civis (ALVES, 1987).

Por meio de seu Manual Básico, a “Sorbone brasileira” – como ficou conhecida a ESG – desenvolveu uma série de pensamentos que pautavam não só o desenvolvimento de seus trabalhos, mas também as ações do governo, como a censura. A Doutrina de Segurança Nacional era pensada pela ESG como um modo de afastar a “ameaça comunista” que poderia vir de qualquer parte, era base de leis específicas e sempre articulada como argumento para tomada de ações mais autoritárias. Desse modo, foi elaborado um pensamento "que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial" (ALVES, 1987, p. 26)

No Manual Básico da ESG, recomenda-se:

Dentro da ampla gama de assuntos sociais, as informações correntes devem estar atentas para as doutrinas básicas da vida: incremento ou desvanecimento da religiosidade, patriotismo, nacionalismo, crença e confiança na ordem reinante e nos mitos nacionais.¹⁵

¹³ MANUAL BÁSICO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 50 - 55.

¹⁴ MANUAL BÁSICO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 50

¹⁵ MANUAL BÁSICO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p 464.

Essa observação para o próprio povo se dá pela ideia de guerra total, defendida pelos militares. Em um primeiro sentido, a guerra é total por não haver neutralidade e pela participação de todos das formas mais variadas possíveis. Um segundo sentido seria pelo fato de que o inimigo não é apenas o que vem de fora, o estrangeiro, mas também interno (BORGES, 2003).

O anticomunismo teve grande peso ao se elaborar essas ideias, afinal, os comunistas eram vistos devassos, corruptos, sedutores, mentirosos, responsáveis pela "desestruturação da família", "excessos sexuais", "degradação dos costumes e tradições" (MOTA, 2002). O pensamento anticomunista estava disseminado pela sociedade, abordado em jornais, mas nas ideias militares discutidas pelas ESG, o anticomunismo ganhou terreno fértil.

O "materialismo" também estava entre as preocupações militares. Em um período de intenso desenvolvimento tecnológico, era grande o medo que essas tecnologias desumanizasse o homem e o transformasse em máquina. Também fazia parte do materialismo o consumo desenfreado e, de modo geral, a valorização de bens supérfluos e materiais em detrimento de valores morais ditos "transcendentais" (VIEIRA, 2014). O Manual Básico (1975) falava de elevar-se em relação aos bens materiais, praticar o humanismo, ligada a uma doutrina de bem comum, fazendo o homem de amanhã.

No Brasil, a censura à televisão, que se estruturou concretamente o período da Ditadura Militar, apoiou-se nesse pensamento da ESG, assim como na tentativa de manter a Segurança Nacional. Todas as atrações televisivas passavam pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), eram analisadas e classificadas entre livre, liberada para acima de 10, 12, 14, 16 e 18 anos. O órgão permaneceu até 1988, quando a Ditadura já havia acabado – ainda que estivesse passando por processo de mudança para se adequar ao regime político que começava o curso. Porém, por ter a possibilidade de analisar e controlar (ou queria-se que isso acontecesse) o que as crianças assistem, a DCDP recebia críticas, até mesmo pelo discurso acadêmico de suas decisões.

[...] a falta de uma censura do Estado sobre os programas de televisão ou – o que seria mais desejável, de uma autocensura exercida pelas próprias emissoras de televisão – pode ser um fator que coloque para crianças brasileiras uma série de problemas de ordem moral, sexual, como o do aborto, da eutanásia, para os quais não está suficiente madura para entender toda a sua complexidade.¹⁶

¹⁶ ALMEIDA, A. R.; SILVA, J.A. Televisão, Pais e Filhos: Um estudo de preferências e hábitos diários. **ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA**, v. 33, 1981, p. 121 - 122.

Os pesquisadores Antonio Ribeiro de Almeida e José Aparecido da Silva publicaram o artigo “Televisão, pais e filhos: um estudo de preferências e hábitos diários”, no ano de 1981, pela revista Arquivos Brasileiros de Psicologia. Segundo os autores, o trabalho pesquisou sobre os hábitos de cerca de 45 famílias de várias classes sociais de Ribeirão Preto e, apesar da especificidade em relação a quantidade e ao local, os autores não evitaram fazer algumas conclusões amplas que se direcionavam ao debate como um todo.

Conclusão

Se compararmos os tópicos levantados pelos autores, em muito se parece com o olhar moralista que Winn lançou sobre a televisão na Inglaterra, também na década de 1980. No entanto, a produção brasileira do discurso sobre a infância trouxe a cobrança da censura como um ponto importante dentro do debate. A historicidade da questão se dá ao entender que a infância pensada no Brasil durante esse período envolvia disputas possuíam interesses próprio de um momento de ditadura e de consolidação de uma indústria cultural.

Finalmente, concluímos nesse trabalho, ainda inicial, as disputas em torno da categoria infância passavam por tensões específicas no período da disseminação da televisão no Brasil. Isso porque ao entendendo que as tecnologias proporcionam a possibilidade de reelaboração de subjetividades, o medo da tecnologia era estendido a como as crianças cresceriam com tais transformações. As crianças, por outro lado, não são produtoras de documentos, sendo assim, o discurso produzido por adultos para adultos e para crianças pode também ser analisado como as expectativas que se tinha para a infância que se elaborava no período.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- FICO, Carlos. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PELBART, P.P. **A vertigem por um fio**. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- _____. **Da clausura do fora ao fora da clausura**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PRECIADO, Beatriz. **Texto Yonqui**. Madri: Huertas, 2008.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008.
- VIEIRA, Rafael F. Medo do tempo e tempo do medo ou como a fobia (re)inventou a censura de diversões públicas na ditadura civil-militar (1964-1985). In: Sobre Ontens (Online), v. 1, 2014, p. 163 – 182.